

Supremo derruba orçamento secreto, se alinha a Lula e reduz poder de Lira

— Corte, por 6 votos a 5, considera inconstitucional prática que fortalecia o presidente da Câmara na barganha com o Executivo; líderes veem ação coordenada com futuro governo

WESLEY GALZO
VERA ROSA
BRASILIA
PEPITA ORTEGA
SÃO PAULO

Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ontem inconstitucional o orçamento secreto, prática revelada pelo *Estadão* em uma série de reportagens, desde maio de 2021. O modelo que contemplava a distribuição de emendas parlamentares para redutos eleitorais de deputados e senadores aliados ao presidente Jair Bolsonaro se tornou, nos últimos anos, o símbolo da barganha entre o governo e o Congresso.

'Vacina' Com retirada do Bolsa Família do teto de gastos, Gilmar Mendes dá 'vacina' contra 'troco' de Lira

O veredicto final dos ministros do STF foi visto por líderes do Centrão como uma ação coordenada entre a Corte e o futuro governo para favorecer o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e tirar a força do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A constatação veio na esteira de uma liminar (decisão provisória) concedida anteontem à noite por Gilmar Mendes, menos de 24 horas antes do julga-

mento. Ao atender à solicitação da Rede – partido aliado de Lula –, o ministro do STF decidiu que o dinheiro necessário para bancar o Bolsa Família deve ficar fora da regra fiscal do teto de gastos. Com isso, ele criou uma vacina contra o possível troco de Lira na direção de Lula quando a Câmara for votar, hoje, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

A PEC concede ao governo uma licença para aumentar o teto de gastos por dois anos e usar R\$ 168 bilhões para pagar o Bolsa Família de R\$ 600 e o aumento real do salário mínimo. Agora, caso o Centrão tente diminuir esse valor e o prazo de validade da PEC para um ano, Lula pode lançar mão do Plano B do crédito extraordinário autorizado por Gilmar.

Desde a semana passada, Lira já vinha dizendo que não havia os 308 votos necessários para aprovar a PEC. “Eu não sou pai de santo nem João de Deus”, afirmou a líderes de partidos. Na ocasião, o deputado observou que, a exemplo de um médico, precisava de “instrumentos” para garantir votos ao governo Lula. Petistas interpretaram a frase como uma “chantagem” para obter cargos em ministérios, como Minas e Energia e Saúde. “Não faço chantagem”, rebateu ele.

INTERFERÊNCIA. Em conversas reservadas, na tarde de ontem, o presidente da Câmara disse ter visto interferência de Lula



Lewandowski no julgamento ontem: exigências não atendidas

no voto do ministro Ricardo Lewandowski. À noite, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi ao encontro de Lira para evitar a implosão da PEC.

“O recurso vai continuar no orçamento e vai ser destinado pelos próprios parlamentares”, disse Haddad. “Precisamos, neste momento, que o Congresso compreenda que aquilo que foi contratado com a sociedade tem de ser pago. Não me parece que na Câmara haja razões para (a votação) ser muito mais difícil que no Senado”, completou. Lira pretende agora abrigar o orçamento secreto nas emendas de comissão.

Próximo de Lula, Lewandowski era tido como fiel da ba-

lança no julgamento, que havia sido interrompido a seu pedido, na quinta-feira, quando o placar estava em cinco a quatro. Ontem, só ele e Gilmar ainda precisavam votar.

“Apesar dos esforços, o Congresso não conseguiu se adequar às exigências da Suprema Corte”, disse Lewandowski, ao acompanhar o voto de Rosa Weber. Na semana passada, Rosa definiu o orçamento secreto como um dispositivo “à margem da legalidade”. Além disso, ela cobrou os nomes dos parlamentares que enviaram quantias milionárias a redutos eleitorais e também dos beneficiados, além de critérios para a distribuição de recursos.

O Supremo deu 90 dias para a publicação de dados relacionados a obras e compras feitas com o dinheiro, de 2020 até este ano. Votaram pela derrubada do orçamento secreto, além de Rosa e Lewandowski, os ministros Cármen Lúcia, Edson Fachin, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso. Nunes Marques, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar se posicionaram pela manutenção do mecanismo. Os três últimos magistrados, porém, assinalaram a necessidade de transparência no envio dos recursos.

PRESSA. O Centrão foi surpreendido com o desfecho do julgamento do STF porque, na sexta-feira, Lewandowski havia dito, em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que as mudanças feitas pelo Congresso em um projeto de resolução para “disciplinar” a distribuição de emendas seriam consideradas na Corte (*mais informações nas págs. A9 e A10*).

Naquele dia, uma sessão do Congresso aprovou um texto às pressas, definindo critérios para repasses de emendas, na tentativa de mostrar uma solução aos ministros. A alteração, porém, foi considerada insatisfatória porque manteve a captura do dinheiro com as cúpulas da Câmara e do Senado. ● COLABORARAM ANDRÉ BORGES E VINÍCIUS VALFRE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8